

Mulheres

Secretaria Estadual de Mulheres do PT

Nº5 Maio 1996

Globalização, Desemprego e Relações de Gênero

O processo de globalização é um fenômeno que está em curso há várias décadas, através da transnacionalização da produção e do comércio internacional. Responsáveis por este processo foram as grandes empresas (multinacionais) que deslocaram partes e peças de suas unidades produtivas e localizaram-as de acordo com seus macro-interesses. A OMC (Organização Mundial de Comércio) caracteriza este processo como industrialização intermediária, por que um produto atravessa duas ou mais fronteiras antes de chegar ao comprador final (Gazeta Mercantil, 29/03/1996). Nos últimos 20 anos este fenômeno teve um enorme impulso com a desregulamentação financeira americana, secundada pelos avanços da micro-eletrônica que permitiu multiplicar o dinheiro "online" nas telinhas dos micros planetários.

O crescimento do comércio internacional e a reestruturação produtiva, fruto do progresso

tecnológico não leva necessariamente ao desemprego de milhões de trabalhadores. O aumento do desemprego deve-se muito mais aos ajustes recessivos associados ao choque de preços do petróleo (1973) e as políticas econômicas de viés deflacionistas seguidas pelos países. Deixar ao sabor do mercado a reestruturação industrial advinda da revolução micro-eletrônica e cortar os gastos públicos para desenhar um Estado mínimo na sua ação social, teve como consequência lançar no desemprego milhões e milhões de pessoas.

Concretamente a marcha da insensatez, parece fazer parte da trajetória humana, como afirmou a historiadora norte-americana Bárbara Tuchman, tem-se que centenas de milhares de cidadãos comuns tiveram suas vidas desarticuladas ou destruídas, nestes anos, pelo desemprego. Nos EUA, Europa, no Brasil fez-se o enxugamento das empresas, cortou-se salários, desmontou-

se estruturas públicas de assistência social, tudo para ser competitivo, tanto os países como as empresas. No caso brasileiro o maior índice de desemprego tem sido, nestes últimos meses do setor público. O drama é não sabemos se este sacrifício do presente será para que nossos netos tenham futuro, faltam provas palpáveis de que assim será.

Para as mulheres estes últimos 25 anos foram de profundas transformações nas suas vidas, isto em escala mundial. No Brasil as mulheres foram maciçamente para o mercado de trabalho, de uma participação de 11% em 1970 saltou-se para cerca de 38% em 1990 da PEA (População Economicamente Ativa) brasileira, são perto de 23 milhões de trabalhadoras no campo e na cidade, destas 18 milhões são urbanas. Quer sejam rurais ou urbanas cuidando da casa, dos filhos, dos velhos, precisando de creches, restaurantes e lavanderias populares (urba-

nas), hospitais e escolas, como resolver estas questões? Aliar o tradicional papel feminino com o trabalho fora de casa tem sido uma dupla carga para as mulheres. Tem-se assim, um dos maiores problemas e dificuldades das mulheres neste chamamento do mercado de trabalho, sem uma política social como encontrar soluções de mercado para as obrigações femininas com a reprodução humana?

Antes da turbulência provocada pelo crise econômica dos anos 1970, estas soluções foram parcialmente implementadas pelo Estado do Bem-Estar, mas este está sendo destruído pelas políticas neoliberais. Além desses problemas inerentes à condição feminina não terem sido resolvidos pelas políticas sociais e suas saídas são sem retorno. Que triste solução que já arregimenta mais de 800 milhões de homens e mulheres desempregados ou subempregados no mundo (OIT).

Hildete Pereira de Melo faz parte da
Coordenação da
Secretaria de Mulheres do PT/RJ



E AS DELEGACIAS DE MULHERES?

A Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, presidida pelo Deputado Carlos Minc (PT), marcou para o dia 23 de maio, às 14 horas, audiência pública com a presença do Chefe de polícia do Rio, Dr. Hélio Luz.

Várias entidades do movimento de mulheres têm se mostrado preocupadas com a política de esvaziamento que vem atingindo as Delegacias Especiais de Atendimento à mulher. Em outubro do ano passado, o

Delegado Hélio Luz se comprometeu a nomear uma Comissão Especial para elaborar um diagnóstico das DEAM's, promessa que só cumpriu no dia 16 de abril deste ano. Enquanto isto, vem se agravando sensivelmente a situação das mesmas e o Delegado continua declarando que o serviço que prestam é desnecessário e contaminado pela corrupção.

Temos que exigir do Delegado o respeito à Constituição do Estado e aos direitos das mulheres.

TODO DIREITO A CIDADE

A experiência adquirida com o modo petista de governar, principalmente nas administrações municipais, tem ensinado muitas lições ao nosso Partido.

Aprendemos que as cidades, os estados e o País não são um todo homogêneo. Governar,

portanto, é a arte de compreender a pluralidade de demandas e interesses dos vários segmentos de uma determinada população. Estamos, aos poucos, percebendo que GOVERNAR PARA TODOS é tratar desigualmente os desiguais. Só compreendendo que os indivíduos tiveram oportunidades e direitos desiguais, é que poderemos construir um governo realmente democrático.

No âmbito local esta realidade desigual fica mais clara e, hoje, todos reconhecem que a cidade é composta de homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas brancas e negras, de diferentes classes sociais. Planejamento municipal, para o PT, significa pensar a administração de interesses



diversos e desarmonicos, de maiorias e minorias silenciadas e oprimidas.

Nós, mulheres petistas, temos reivindicado de nossas administrações atendimento as demandas específicas da população feminina. Porém, hoje entendemos que não basta pensar respostas as demandas pontuais das mulheres; há que se pensar todas as ações administrativas a partir do reconhecimento de que homens e mulheres desempenham papeis diferenciados na sociedade e que, freqüentemente, possuem necessidades também diferenciadas.

São indispensáveis ações de governo que contribuam para a redefinição da relação entre o espaço público — historicamente o mundo dos homens — e o espaço doméstico — o universo feminino, garantindo a todos o direito a cidade. Planejar, incorporando a dimensão de gênero, é exatamente reconhecer na pratica que o coletivo é o “conjunto de individualidades, de seres humanos,

homens e mulheres, com suas diferentes especificações, compondo a cultura de um povo e por ela sendo compostos.” ⁽¹⁾

É necessário que cada administração municipal conceba um plano de ações emergenciais, de acordo com sua realidade, visando resgatar a cidadania das mulheres, enquanto viabiliza a implementação de um efetivo planejamento para o gênero.

Para propor, coordenar, fiscalizar e implementar **AÇÕES DE IGUALDADE** e um **PLANEJAMENTO DE GÊNERO**, sempre que necessário em conjunto com outras secretarias ou departamentos, é essencial a criação de um organismo, com autonomia administrativa e com dotação orçamentaria própria. Este órgão deve, de imediato, levantar a legislação municipal existente e as necessidades de novas leis que garantam a execução das ações de igualdade; criar, caso não exista, um centro de documentação e um banco de dados sobre a

realidades das mulheres, que subsidie seu próprio trabalho e a atuação do movimento de mulheres.

Resalvadas as particularidades municipais, consideramos prioridade:

- ✦ elaborar programas de formação de mão de obra feminina;
- ✦ implantar e ampliar os equipamentos e serviços públicos, que facilitem a gestão cotidiana da vida das mulheres no município, nas áreas de saúde, educação, combate a violência e planejamento urbano;
- ✦ implantar ou ampliar equipamentos sociais que facilitem o trabalho doméstico;
- ✦ elaborar material e promover campanhas educativas para os servidores públicos e para a população sobre os direitos das mulheres;
- ✦ promover cursos de formação de gênero para os servidores públicos;
- ✦ apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação das mulheres no município;
- ✦ fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação, assim como elaborar propostas de projetos de lei, que visem combater a violência.

(1) Angela Fontes, Governo Local e Relações de Gênero, texto para o Seminário “A Cidade das Mulheres: Gênero e Políticas Públicas”.

(2) Este texto foi publicado no Boletim PT Informa Mulheres n.º 8/ fevereiro 96.

Rejeitada a PEC 25

"... direito a vida desde a concepção"

No último dia 23/04, por 347 votos contra, 37 a favor e 16 abstenções, a Câmara de Deputados, repetiu a decisão anterior da Comissão Especial, que já a havia rejeitado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 25/95), de autoria do deputado do PFL pernambucano, Severino Cavalcanti, que propunha mudanças na Constituição Federal que tornavam o aborto ilegal, passando a proibi-lo inclusive nos casos já previstos na lei: risco de vida da gestante e gravidez resultante de estupro.

A polêmica havia se instalado dentro até mesmo de partidos progressistas, como o PT, cujos membros da Comissão se dividiam na votação, de um lado a deputada Marta Suplicy (PT-SP) contra a emenda e do outro o deputado Hélio Bicudo (PT-SP) a favor. Na Comissão o deputado não votou cedendo lugar à sua suplente, deputada Ana Júlia (PT-PA), o que acabou unificando o voto da bancada contra a aprovação da PEC nesta Comissão. Em Plenário o deputado Hélio Bicudo foi o único dos nossos parlamentares presentes a votar a favor da aprovação da Proposta, o que deixa em situação muito difícil o Movimento de Mulheres do PT, que tem na discriminação do aborto uma das suas principais bandeiras de luta, temos portanto que continuar o processo de convencimento dos nossos dirigentes para que o Partido tome posição com relação a esta questão.

Mulheres é uma publicação conjunta da Secretaria Estadual de Mulheres do PT e do Núcleo de Mulheres do PT da Cidade do Rio de Janeiro

Textos: Ângela Borba, Conceição Nascimento Sousa, Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Sousa



Secretaria Estadual de Mulheres do PT
R. Ribeiro de Almeida, 14/301
22240-060 - Rio de Janeiro - RJ

IMPRESSO



OK